

"ENTRE RIOS E AUSÊNCIAS: A DESIGUALDADE NO ACESSO À SAÚDE EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO AMAPÁ-BRASIL"

Tayssa Vitória Moreira Costa [1]
Aimê Mareco Pinheiro Brandão [2]
Daniela Cristina de Medeiros Araújo [3]
Amanda Alves Fecury [4]

Eixos Temáticos.
Governança, Territórios e Políticas Públicas para o Futuro.

Resumo: As comunidades ribeirinhas amazônicas enfrentam desafios históricos relacionados ao acesso aos serviços de saúde, agravados pelas condições geográficas, desigualdades socioeconômicas e limitações estruturais das políticas públicas. Nesse contexto, o presente estudo objetiva analisar as condições de saúde e os determinantes sociais presentes na comunidade ribeirinha do Ariri, no estado do Amapá, estabelecendo reflexões comparativas com a realidade urbana da capital Macapá a partir de indicadores descritos na literatura e em dados secundários disponíveis sobre acesso à saúde na Amazônia. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa, desenvolvida a partir da aplicação de questionários clínico-epidemiológicos durante ações do projeto Promoção e Educação em Saúde nas Comunidades (PESC) e Centro de Estudo Sobre Sustentabilidade, Populações Tradicionais e Educação na Amazônia (CESPE). Foram investigados aspectos relacionados às condições de saúde, hábitos alimentares, saúde mental, presença de doenças crônicas, uso de plantas medicinais e condições de saneamento e acesso à água. Os achados preliminares evidenciam vulnerabilidades importantes na comunidade do Ariri, especialmente quanto ao acesso limitado aos serviços especializados, uso recorrente de práticas tradicionais de cuidado e dificuldades relacionadas às condições de alimentação, prevenção e acompanhamento em saúde. A discussão aponta para a necessidade de fortalecimento das políticas públicas territoriais e da governança em saúde voltadas às populações ribeirinhas, considerando as especificidades socioculturais e geográficas amazônicas como elementos centrais para a promoção da equidade em saúde.

Palavras-chave: Comunidades ribeirinhas, Desigualdade em saúde, Políticas públicas, Amazônia, Governança territorial.

[1] Graduando do Curso de Farmácia da Universidade Federal do Amapá- AP, tayssav67@gmail.com ;
[2] Graduando do Curso de Farmácia da Universidade Federal do Amapá - AP, aimegraduanda@gmail.com;
[3] Doutora em Ciências da Saúde pelo Universidade Estadual de Londrina- PR e Professora do Curso de Farmácia da Universidade Estadual do Amapá - AP, danielamedeiros@unifap.br;
[4] Doutora em Doenças Tropicais pela Universidade Federal do Pará- PA e Docente do Curso de Medicina da Universidade Federal do Amapá-AP, amanda@unifap.br;



INTRODUÇÃO

As comunidades ribeirinhas amazônicas constituem territórios marcados por forte relação sociocultural com os rios, os quais desempenham papel central na construção identitária, econômica e comunitária desses povos. Na Amazônia, o rio ultrapassa a função geográfica e assume significado de pertencimento, mobilidade, sobrevivência e organização social, influenciando diretamente as condições de vida e saúde das populações tradicionais (Furlan; Guedes, 2025). Entretanto, apesar da riqueza sociocultural presente nesses territórios, persistem desigualdades históricas relacionadas ao acesso às políticas públicas, especialmente no campo da saúde.

No estado do Amapá, comunidades ribeirinhas convivem com limitações estruturais decorrentes do isolamento geográfico, da precariedade dos meios de transporte, da dificuldade de acesso aos serviços especializados e da baixa presença contínua do Estado em determinadas localidades. Essas condições impactam diretamente a prevenção de doenças, o acompanhamento clínico e a promoção da saúde coletiva. Estudos realizados em áreas próximas à bacia hidrográfica do Rio Jari demonstram que fatores ambientais, como a qualidade da água consumida pelas comunidades tradicionais, também representam importantes determinantes sociais de saúde na região amazônica (Duarte; Caramello; De Andrade, 2025).

Além das vulnerabilidades sanitárias, as comunidades amazônicas enfrentam processos de invisibilização social e política que afetam principalmente jovens e populações tradicionais, comprometendo o acesso à educação, à informação e aos direitos básicos (Da Silva Queiros; Santos; Calado, 2026). Nesse contexto, a organização comunitária emerge como elemento fundamental para resistência territorial, fortalecimento identitário e mobilização social em defesa da cidadania e da saúde coletiva (Gomes; Dos Reis Maciel; Castro, 2024).

Diante desse cenário, o presente estudo busca analisar as desigualdades no acesso à saúde na comunidade ribeirinha do Ariri, localizada no estado do Amapá, a partir de dados obtidos durante ações do projeto Promoção e Educação em Saúde nas Comunidades (PESC) e Centro de Estudo Sobre Sustentabilidade, Populações Tradicionais e Educação na Amazônia (CESPE). O trabalho parte da compreensão de que as condições territoriais influenciam diretamente os indicadores de saúde e as formas de cuidado desenvolvidas pelas populações amazônicas.



Como objetivo, pretende-se identificar vulnerabilidades relacionadas às condições de saúde, hábitos de vida, acesso aos serviços e determinantes sociais presentes na comunidade, estabelecendo reflexões comparativas com a realidade urbana de Macapá descrita na literatura e em indicadores públicos de saúde.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de natureza descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, desenvolvida a partir das ações extensionistas do projeto PESC-CESPE, realizado em comunidades ribeirinhas do estado do Amapá. A investigação teve como lócus a comunidade do Ariri, localizada em território amazônico de difícil acesso, marcada por particularidades socioculturais, geográficas e sanitárias que influenciam diretamente as condições de saúde da população local.

A coleta de dados ocorreu durante as ações de assistência e educação em saúde promovidas pelo projeto, utilizando como instrumento um questionário clínico-epidemiológico estruturado, elaborado para levantamento de informações sociodemográficas, condições de saúde, presença de doenças crônicas, hábitos alimentares, condições de higiene, saúde mental, consumo de água, uso de plantas medicinais e acesso aos serviços de saúde. O instrumento foi aplicado de forma presencial aos moradores da comunidade, mediante participação voluntária.

A pesquisa adotou uma perspectiva analítica fundamentada nos determinantes sociais da saúde e nas discussões sobre desigualdades territoriais na Amazônia, buscando compreender como fatores geográficos, econômicos e estruturais interferem no acesso à saúde em comunidades ribeirinhas. Os dados quantitativos foram organizados em categorias descritivas para análise dos principais indicadores encontrados na comunidade estudada, enquanto os aspectos qualitativos contribuíram para interpretação das vulnerabilidades sociais e sanitárias observadas durante as ações do projeto.

Além da análise dos dados coletados em Ariri, realizou-se levantamento bibliográfico e documental acerca das condições de acesso à saúde em áreas urbanas amazônicas, especialmente em Macapá, permitindo reflexões comparativas sobre desigualdades territoriais entre contextos urbanos e ribeirinhos. Foram utilizados artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas relacionadas às políticas públicas, saúde coletiva e populações tradicionais amazônicas.



A pesquisa respeitou os princípios éticos relacionados à confidencialidade e ao uso das informações coletadas, garantindo o anonimato dos participantes e a utilização dos dados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. As imagens eventualmente utilizadas durante as ações extensionistas ocorreram mediante autorização dos participantes e do projeto responsável.

REFERENCIAL TEÓRICO

As comunidades ribeirinhas amazônicas constituem espaços marcados pela interdependência entre território, cultura, modos de vida e relações sociais estabelecidas a partir dos rios. Na Amazônia, os rios assumem papel central não apenas como vias de mobilidade, mas também como elementos estruturantes da identidade coletiva, das práticas econômicas e das dinâmicas socioculturais das populações tradicionais. Nesse contexto, Furlan e Guedes (2025) destacam que o rio representa um eixo de pertencimento e resistência, sendo diretamente relacionado à manutenção da vida comunitária e à construção histórica das identidades ribeirinhas amazônicas.

No campo da saúde coletiva, os determinantes sociais da saúde configuram importante eixo de análise para compreensão das desigualdades enfrentadas pelas populações amazônicas. Fatores como renda, escolaridade, alimentação, acesso à água potável e condições ambientais interferem diretamente na qualidade de vida e nos processos de adoecimento. Nesse sentido, Duarte, Caramello e De Andrade (2025), ao investigarem a qualidade da água em áreas próximas às comunidades tradicionais da bacia hidrográfica do Rio Jari, evidenciam que questões ambientais e sanitárias estão diretamente associadas aos riscos à saúde nas populações amazônicas, sobretudo em territórios onde há ausência de políticas públicas contínuas de saneamento e monitoramento ambiental.

Além das vulnerabilidades estruturais, a invisibilidade social das populações tradicionais amazônicas também se manifesta na limitação do acesso à educação, à participação política e aos direitos sociais. De acordo com Da Silva Queiros, Santos e Calado (2026), comunidades amazônicas frequentemente enfrentam processos de marginalização que afetam especialmente os jovens, comprometendo perspectivas de inclusão social e fortalecimento da cidadania.



Essa invisibilização reforça ciclos históricos de desigualdade e dificulta a implementação de políticas públicas efetivas voltadas às especificidades dos territórios amazônicos.

Em contrapartida, observa-se nas comunidades ribeirinhas a presença de estratégias coletivas de organização social e fortalecimento comunitário. Gomes, Dos Reis Maciel e Castro (2024) destacam que a organização comunitária na região amazônica constitui importante mecanismo de resistência territorial e mobilização social, permitindo que as populações tradicionais desenvolvam formas próprias de cuidado, participação e reivindicação de direitos. Essas práticas fortalecem vínculos comunitários e contribuem para construção de redes de apoio diante das limitações estruturais enfrentadas pelas comunidades.

Dessa forma, compreender as desigualdades no acesso à saúde em comunidades ribeirinhas exige uma abordagem que considere simultaneamente aspectos territoriais, ambientais, culturais e políticos. A análise das condições de vida na comunidade do Ariri insere-se nessa perspectiva, buscando compreender como os determinantes sociais da saúde e as desigualdades territoriais influenciam o acesso aos serviços de saúde e as formas de cuidado desenvolvidas pela população amazônica ribeirinha.

RESULTADO E DISCURSSÃO

Os dados coletados na comunidade ribeirinha do Ariri permitiram identificar importantes vulnerabilidades sociais e sanitárias relacionadas ao acesso à saúde, às condições ambientais e aos hábitos de vida da população local. A sistematização dos achados foi organizada em categorias analíticas relacionadas às condições socioeconômicas, acesso aos serviços de saúde, condições ambientais e práticas tradicionais de cuidado.

No que se refere ao perfil socioeconômico dos participantes, observou-se predominância de famílias com baixa renda e escolaridade limitada, além de significativa dependência de benefícios sociais e atividades informais como principal fonte de subsistência. Entre os participantes, verificou-se predominância do sexo masculino (50%), seguido do sexo feminino (45,4%), evidenciando perfil populacional relativamente equilibrado. Esses fatores demonstram a permanência de desigualdades estruturais historicamente presentes em comunidades amazônicas, influenciando diretamente os determinantes sociais da saúde. A



limitação do acesso à educação e à renda contribui para maior vulnerabilidade social e dificuldade de acesso contínuo aos serviços públicos essenciais.

Quanto às condições de saúde, verificou-se presença recorrente de doenças crônicas, especialmente hipertensão arterial e diabetes mellitus, além de relatos relacionados à dificuldade de acompanhamento clínico contínuo. A distância geográfica entre a comunidade e os centros urbanos de referência dificulta o acesso a consultas especializadas, exames laboratoriais e continuidade terapêutica. Tal realidade evidencia a desigualdade territorial no acesso à saúde entre comunidades ribeirinhas e áreas urbanas como Macapá, onde há maior concentração de unidades de saúde, profissionais especializados e recursos assistenciais.

Os resultados também apontaram fragilidades relacionadas às condições ambientais e ao saneamento básico. Aproximadamente 47,6% dos participantes relataram consumir água sem nenhum tipo de tratamento, enquanto 38,1% afirmaram utilizar água filtrada e 14,3% consumiam água mineral. Parte da população relatou ainda utilizar métodos alternativos de purificação, como hipoclorito e fervura. Esse cenário reforça as discussões apresentadas por Duarte, Caramello e De Andrade (2025), ao destacarem que a qualidade da água nas comunidades amazônicas representa fator determinante para ocorrência de agravos à saúde coletiva. A ausência de políticas contínuas de saneamento básico amplia os riscos sanitários e compromete a qualidade de vida da população ribeirinha.

Em relação aos hábitos de vida e às práticas de cuidado, observou-se expressivo uso de plantas medicinais e saberes tradicionais como alternativas terapêuticas complementares aos serviços formais de saúde. Verificou-se ainda baixa prevalência de tabagismo, sendo que aproximadamente 81% dos entrevistados afirmaram não fazer uso de cigarro. Essas práticas refletem a forte relação entre território, ancestralidade e cuidado comunitário nas populações amazônicas. Ao mesmo tempo, evidenciam estratégias locais de enfrentamento diante das limitações estruturais do sistema de saúde em áreas de difícil acesso.

Outro aspecto relevante identificado durante a pesquisa refere-se à saúde mental e às condições psicossociais da população. Parte dos participantes relatou dificuldades emocionais associadas às condições de vida, insegurança econômica e limitações de acesso aos serviços especializados de apoio psicológico e psiquiátrico. Tais fatores reforçam a necessidade de



ampliação de políticas públicas integradas que contemplem não apenas o cuidado físico, mas também as dimensões emocionais e sociais presentes nas comunidades tradicionais.

Os achados dialogam diretamente com as discussões de Furlan e Guedes (2025), ao demonstrarem que os rios e os territórios amazônicos influenciam profundamente as formas de organização social, deslocamento e acesso aos direitos básicos. A dependência do transporte fluvial e o isolamento territorial tornam-se elementos centrais na compreensão das desigualdades em saúde vivenciadas pelas comunidades ribeirinhas.

Além disso, os resultados evidenciam que, apesar das vulnerabilidades estruturais, a comunidade apresenta importantes mecanismos de organização social e fortalecimento coletivo, corroborando as reflexões de Gomes, Dos Reis Maciel e Castro (2024) sobre o papel da mobilização comunitária na resistência territorial amazônica. A presença de redes comunitárias de apoio, práticas culturais de cuidado e compartilhamento de conhecimentos tradicionais demonstram formas de resistência frente às limitações impostas pela desigualdade territorial.

Dessa forma, a análise dos dados obtidos no Ariri revela que as desigualdades no acesso à saúde ultrapassam questões exclusivamente biomédicas, estando diretamente relacionadas às condições territoriais, ambientais, econômicas e políticas que atravessam o cotidiano das populações ribeirinhas amazônicas. Os resultados reforçam a necessidade de fortalecimento de políticas públicas territorializadas, capazes de reconhecer as especificidades culturais e geográficas da Amazônia e promover maior equidade no acesso aos serviços de saúde.

CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa possibilitou compreender que as desigualdades no acesso à saúde em comunidades ribeirinhas amazônicas estão diretamente relacionadas às condições territoriais, ambientais, socioeconômicas e estruturais que atravessam o cotidiano dessas populações. A análise da comunidade do Ariri evidenciou que o isolamento geográfico, a limitação do transporte fluvial, a precariedade do saneamento básico e a dificuldade de acesso contínuo aos serviços especializados constituem importantes fatores de vulnerabilidade à saúde na região amazônica.



Os resultados obtidos demonstram que, embora existam políticas públicas voltadas à universalização da saúde no Brasil, persistem desafios significativos para efetivação da equidade no atendimento às populações tradicionais. A comparação teórica com a realidade urbana de Macapá permitiu refletir sobre as desigualdades territoriais presentes no estado do Amapá, evidenciando a concentração de recursos e serviços de saúde nos centros urbanos em detrimento das comunidades ribeirinhas de difícil acesso.

Além das vulnerabilidades identificadas, o estudo também revelou importantes mecanismos comunitários de resistência e cuidado coletivo, expressos no fortalecimento das relações sociais, no compartilhamento de saberes tradicionais e no uso de práticas terapêuticas populares. Esses elementos demonstram que as comunidades amazônicas possuem formas próprias de organização e cuidado que precisam ser reconhecidas e valorizadas na formulação de políticas públicas territorializadas e culturalmente sensíveis.

Nesse sentido, a pesquisa contribui para ampliação das discussões científicas acerca da saúde coletiva na Amazônia, especialmente no que se refere à relação entre território, governança e desigualdade social. Os achados reforçam a necessidade de fortalecimento das ações de atenção primária em saúde, ampliação das estratégias de assistência em áreas remotas e desenvolvimento de políticas públicas capazes de considerar as especificidades socioculturais e geográficas das populações ribeirinhas.

Por fim, destaca-se a importância da realização de novas pesquisas voltadas às comunidades tradicionais amazônicas, especialmente estudos comparativos entre contextos urbanos e ribeirinhos, investigações sobre determinantes sociais da saúde e análises relacionadas às políticas públicas territoriais na Amazônia. Espera-se que este trabalho possa contribuir para futuras reflexões acadêmicas e para o desenvolvimento de estratégias mais inclusivas, equitativas e sustentáveis no campo da saúde coletiva amazônica.



REFERÊNCIAS

DA SILVA QUEIROS, T. N.; SANTOS, S. B.; CALADO, J. F. A juventude de uma comunidade invisível da Amazônia: implicações para Educação Ambiental em Territórios Amazônicos. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 43, n. 1, p. 27-49, 2026.

DUARTE, R.; CARAMELLO, N.; DE ANDRADE, N. L. R. Estudo exploratório da qualidade da água em zonas próximas de comunidades tradicionais na bacia hidrográfica do Rio Jari – Amapá/Brasil. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, v. 7, n. 1, 2025.

FURLAN, D. V.; GUEDES, M. C. O rio como eixo de identidade: desafios jurídicos e sociais das comunidades ribeirinhas amazônicas. **ARACÊ**, v. 7, n. 9, p. e7967-e7967, 2025.

GOMES, R. K. S.; DOS REIS MACIEL, A.; CASTRO, E. M. G. Organização Comunitária da Juventude do Beira Amazonas, Amazônia-Amapá-Brasil. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 29, n. 3, p. 1-15, 2024.